

JORNAL DO JUDICIÁRIO

Informativo do Poder Judiciário do Ceará | out/nov/dez de 2017

Reestruturação administrativa do TJCE resulta em maior produtividade

As mudanças promovidas pela atual Gestão do Tribunal de Justiça permitiram aumentar a produtividade do Judiciário estadual. O novo modelo foi possível com a transferência de recursos da 2ª para a 1ª Instância, por meio da qual os juízes de todo o Estado passaram a dispor de servidores no exercício direto da produção jurídica. Antes, cada magistrado contava apenas com um, o diretor de Secretaria

Págs. 6 e 7



Nova Organização Judiciária cria varas onde há grande demanda

A lei faz a equalização da estrutura da Justiça cearense, aumentando o número de varas nos locais com mais processos. Também garante o funcionamento de todas as 184 Comarcas do Estado, com ingresso da ação, audiências e julgamento na cidade onde o cidadão reside. Veja nesta edição mapas com as mudanças

Págs. 2, 3, 4 e 5

Justiça do Ceará realiza 14.033 audiências

O número é referente à Semana Nacional da Conciliação, realizada de 27 de novembro a 1º de dezembro. No Estado, a quantidade de acordos totalizou 4.671

Pág. 12

Inclusão profissional no Tribunal de Justiça

TJCE contrata profissionais por meio de convênio com a Associação dos Parentes e Amigos do Deficiente Auditivo (Apada)

Pág. 10

Campanha conscientiza contra o abuso sexual

Concentração de esforços do Judiciário, Governo, Prefeitura, Câmara, outros órgãos públicos, universidades e empresas privadas alertam sobre esse crime

Pág. 8



expediente

O Jornal do Judiciário é uma produção da Assessoria de Comunicação Social

Chefe da Assessoria
CARMEN INÊS MATOS WALRAVEN

Editor
FRANCISCO JOSÉ ROSA

Redatores
ULYSSES SOUSA, KARINE WANESSA,
CRISLEY CAVALCANTE, CAMILLA
CARNEIRO, TALITA SILVA E CÁSSIA
CARVALHO (ESTAGIÁRIA)

Diagramador/fotógrafo
RANNJON MIKAEL

Impresso na área gráfica da
Coordenadoria de Apoio Operacional
do TJCE

Coordenador
RÔMULO CIDRÃO
Tiragem
500 EXEMPLARES

Esta edição também é disponibilizada
em formato digital no site
www.tjce.jus.br, seção Imprensa

Conecte-se:

 www.tjce.jus.br

 facebook.com/tjceoficial

 @tjcenoticias

 @tjceoficial

 /tjceimprensa

Comarcas com maior demanda ganharão novas varas

A nova Organização Judiciária possibilitará a criação de unidades onde há mais processos. Entre elas, estão Varas da Infância e da Juventude, além de Família e Sucessões

As mudanças na Organização Judiciária do Estado, de iniciativa da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), têm a finalidade de tornar mais ágil o julgamento de processos, garantindo maior racionalização dos recursos públicos e equalização dos serviços, beneficiando toda a sociedade. A lei, aprovada pela Assembleia Legislativa (31/10), sancionada pelo governador Camilo Santana (14/11) e publicada no Diário Oficial (16/11), passará a valer 60 dias depois da publicação.

Com a nova estrutura, unidades com baixa demanda serão transferidas para locais com maior volume processual. Estão mantidas todas as 184 Comarcas e a garantia de que o ingresso das ações, a realização das audiências e os julgamentos ocorrerão no município em que o cidadão mora, sem a necessidade de deslocamentos.

O “Jornal do Judiciário” apresenta mapas com as principais alterações. Na página 4, você confere a organização das comarcas conforme o porte (Inicial, Intermediária e Final) e a jurisdição. Por exemplo, Ocara, antes vinculada, passará a ter estrutura própria e ganhará uma Vara, porque atende aos critérios legais. Já Crato foi elevada para a Entrância Final, cuja oficialização ocorre no dia 15 de dezembro.

Na página 5 estão as Zonas Judiciárias, que passaram de nove para 14, seguindo as regiões de

AUMENTO DE VARAS	
Comarca	Unidade(s) criada(s)
Ocara	Vara Única
Acaraú	2ª Vara
São Gonçalo do Amarante	2ª Vara
Beberibe	2ª Vara
Viçosa do Ceará	2ª Vara
Horizonte	2ª Vara
Itaitinga	2ª Vara
Trairi	2ª Vara
Icó	2ª Vara
Russas	3ª Vara
Canindé	3ª Vara
Iguatu	4ª Vara
Caucaia	2º Juizado Especial Cível e Criminal
Sobral	Vara da Infância e da Juventude 2ª Vara de Família e Sucessões
Juazeiro do Norte	Vara da Infância e da Juventude 2ª Vara de Família e Sucessões
Maracanaú	Vara da Infância e da Juventude 2ª Vara de Família e Sucessões

planejamento do Governo do Estado (Lei Complementar nº 154/2015). O redimensionamento possibilitará ampliar a quantidade de comarcas com juízes auxiliares. A atuação em áreas menores otimizará o serviço judicial e reduzirá custos do TJCE

com pagamento de indenização de transporte, por exemplo.

Em relação aos Juizados Especiais de Fortaleza, as competências foram divididas. Do total, 20 unidades cuidarão da área cível e quatro passarão a analisar casos da esfera criminal.

Ampliação onde há maior demanda

O aumento contempla a criação das Varas da Infância e da Juventude de Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte. Antes, somente Fortaleza e Caucaia contavam com unidades privativas dessa área. A criação trará benefícios para as crianças e adolescentes, cujos processos serão analisados por juízes exclusivos, ou seja, cuidarão somente de ações como destituição do poder familiar, adoção e medidas socioeducativas aplicadas aos jovens em conflito com a lei. Essas três Comarcas ganharão ainda uma segunda unidade para analisar ações de Família e Sucessões.

Também serão contempladas Caucaia (ganhará o 2º Juizado Especial); Iguatu (4ª Vara); Russas e Canindé (3ª Vara); Acaraú, São Gonçalo do Amarante, Beberibe, Viçosa do Ceará, Horizonte, Itaitinga, Trairi e Icó (2ª Vara).

Varas da Capital

Em Fortaleza, a Vara do Trânsito foi transformada em 4ª de Tráfego de Drogas. Já as Varas Cíveis tiveram as competências redesenhadas. Das 39, 13 foram destinadas para demandas em massa, como revisão de contratos bancários, execução extrajudicial e Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores

de Via Terrestre (DPVAT). As outras 26 cuidarão dos demais processos, como pedidos de indenizações morais e relações de consumo.

Além disso, 10 vagas de juiz de Direito, de varas não instaladas, ficaram transformados em auxiliares, que atuarão em determinados grupos de varas quando diante de muita demanda, casos específicos e férias dos magistrados titulares.

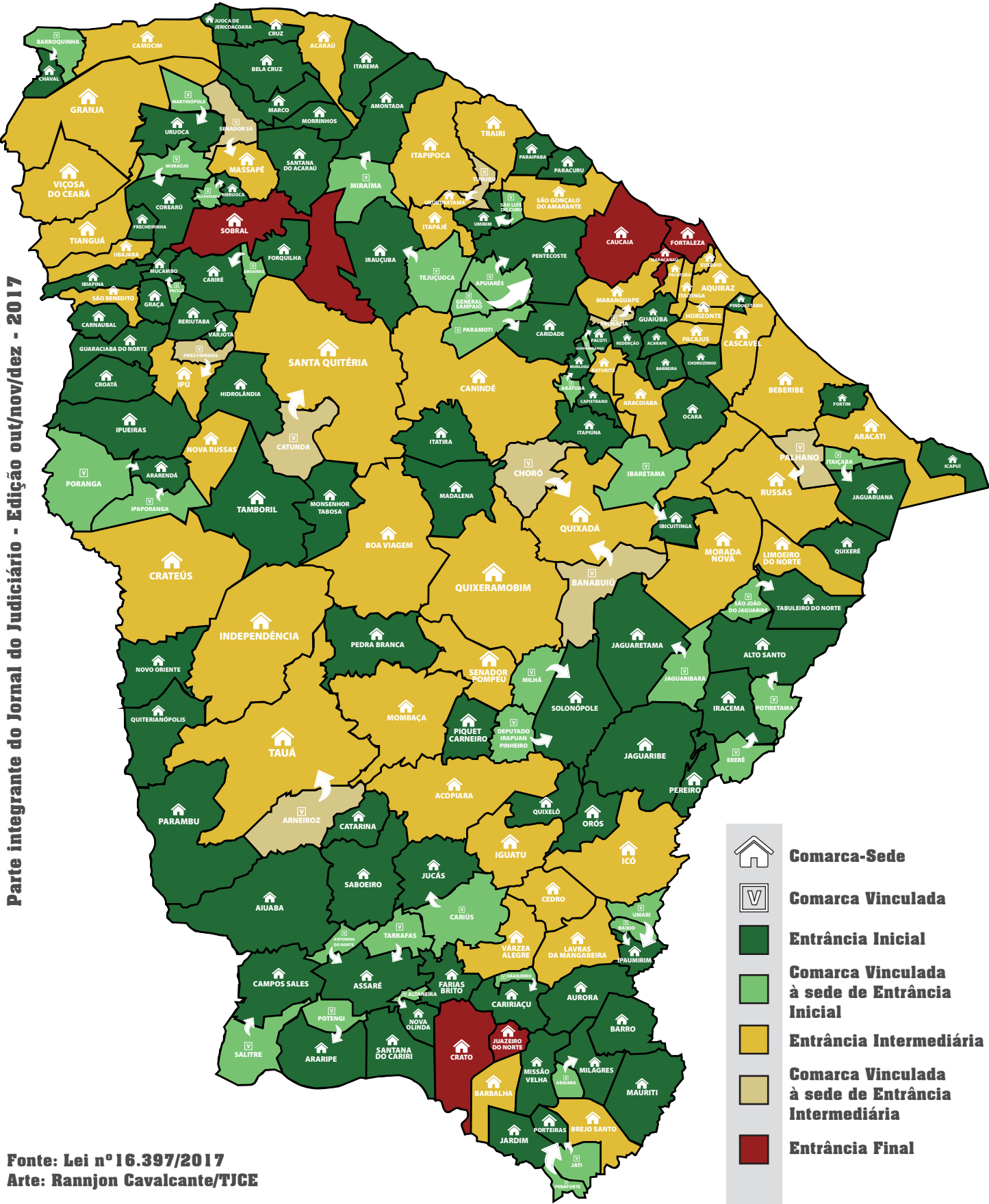
Entenda a mudança

Segundo o Tribunal de Justiça, as mudanças não têm a finalidade de economizar. O objetivo central é possibilitar que a atuação do Judiciário seja uniforme em todo o Estado, permitindo que os juízes cuidem de número de processos semelhantes ao longo do ano. Em decorrência, elimina custos com unidades subdemandadas.

A proposta partiu da Resolução nº 184/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos Tribunais adotar providências para transferência, transformação ou extinção de unidades com demanda no triênio (2014, 2015 e 2016) inferior a 50% da média estadual. No Ceará, a média dos magistrados é de, aproximadamente, 1 mil novos casos anualmente. Somente foram transferidas unidades com demanda inferior à metade de média (500 ações).

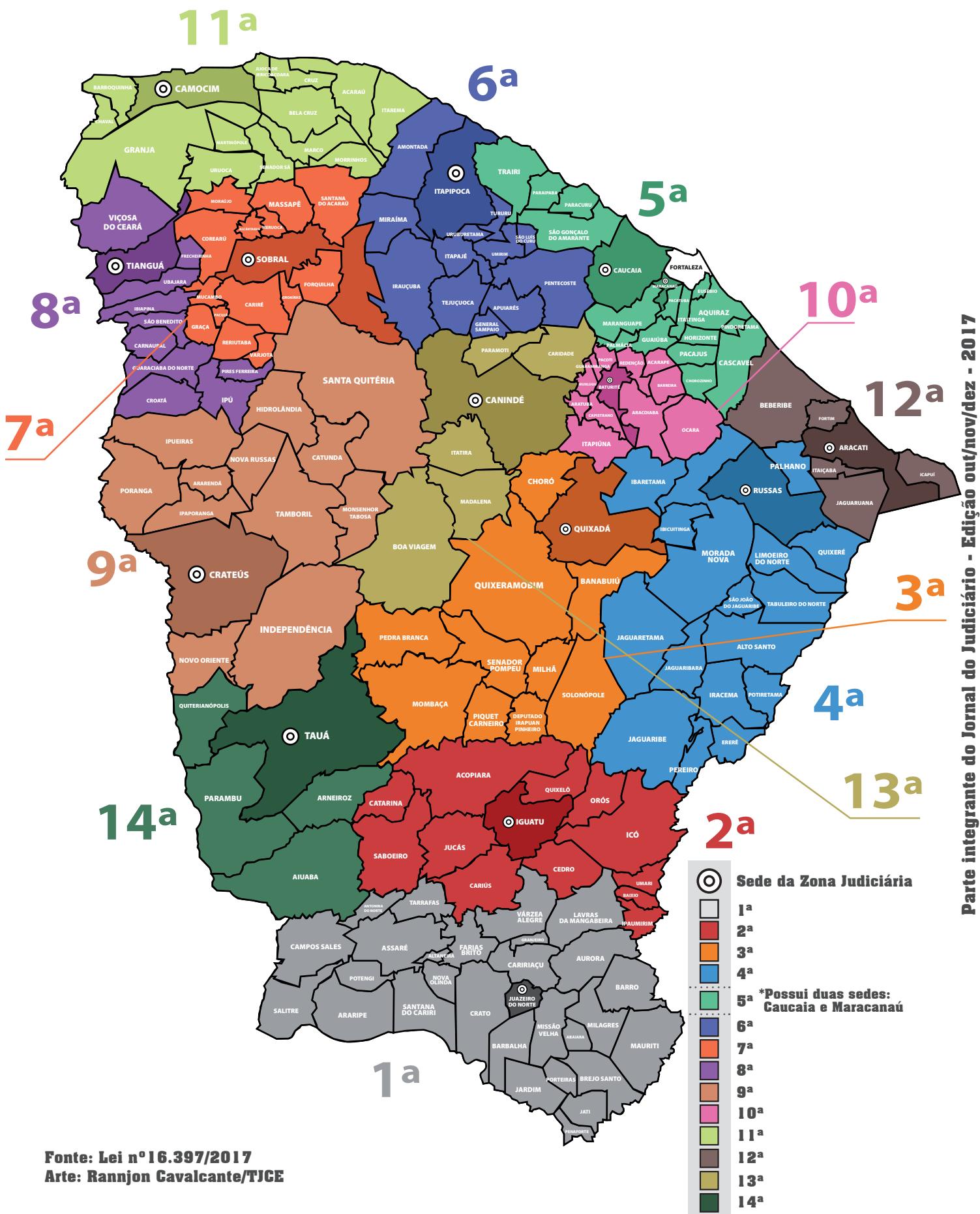
O estudo foi feito, com base em dados técnicos, pelo Grupo de Trabalho criado pelo TJCE, sob a supervisão do desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes e coordenação do juiz auxiliar da Presidência, Marcelo Roseno de Oliveira. A matéria teve aprovação no Pleno do Tribunal e amplo debate público antes de seguir à Assembleia e durante a tramitação no Poder Legislativo.

Organização das Comarcas do Ceará por Entrância (porte): Inicial, Intermediária e Final



Fonte: Lei nº 16.397/2017
Arte: Rannjon Cavalcante/TJCE

Zonas Judiciárias do Ceará



Fonte: Lei nº 16.397/2017
Arte: Rannjon Cavalcante/TJCE

Priorização do 1º Grau impulsiona julgamentos no Ceará

Desde que entrou em vigor, em maio de 2017, a lei que dá prioridade às Varas e aos Juizados já resultou no aumento médio de 31,7% na produtividade



Média mensal de julgamentos da 2ª Vara de Camocim aumenta em mais de 500%

A lei (nº 16.208/2017), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), promoveu a transferência de recursos do 2º (Tribunal) para o 1º Grau (Varas, Juizados e Turmas Recursais), possibilitando a criação, em maio deste ano, de 398 cargos para atuar diretamente com os juízes no desempenho da produção jurídica, sem causar aumento de gastos. Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do TJCE, a mudança já representou crescimento de 31,7%, em média, na quantidade de processos julgados.

De janeiro a abril de 2017 (antes da lei), o 1º Grau tinha média mensal de 23.592 julgamentos. Após a entrada em vigor da norma, os números passaram para 31.065 (maio a outubro). Ainda de acordo com a Seplag, no período anterior à lei (janeiro a abril) a média mensal de baixas processu-

ais era de 24.112. Depois, passou para 31.504, acréscimo de 30,7%.

A iniciativa possibilitou ampliar o atendimento à população, em conformidade com o Conselho Nacional de Justiça, que recomenda a prioridade do 1º Grau. No Ceará, foi incrementado o número de servidores que trabalham nos fóruns da Capital e do Interior.

Camocim

Uma das unidades que representam o crescimento da produtividade é a 2ª Vara da Comarca de Camocim, distante 361 km de Fortaleza. De janeiro a abril deste ano, a média era de 23 julgamentos mensais. Após a implantação das mudanças, cresceu para 137 (maio a outubro), aumento de 507,1%.

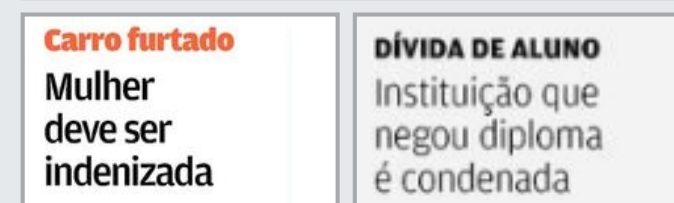
O titular da unidade, juiz Antônio Washington Frota, destaca que o resultado foi possível “com a aprovação da Lei de

Priorização do Primeiro Grau, que possibilitou o aumento do quadro de servidores”. Também é fator importante o envolvimento da equipe na prestação jurisdicional, “que proporcionou a realização de dezenas de mutirões de audiências e de expedientes, implantação de um módulo da Justiça Restaurativa e a criação de Programas Comunitários”.

Tribunal

Até setembro de 2017, o Tribunal (2º Grau) realizou 19.664 julgamentos (dados da Seplag). As principais decisões de interesse público são transformadas em material jornalístico enviado para rádios, jornais, emissoras de TV, sites e blogs de notícias. Nesse período, 2.442 matérias originárias do portal do TJCE foram aproveitadas pelos meios de comunicação do Ceará e de outros estados.

Decisões repercutem na mídia



TJCE conquista selo por transparência de informações

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) conquistou o “Selo Justiça em Números – 2017”, categoria Prata, pelo investimento na gestão da informação e no cumprimento de normas de transparência. O reconhecimento foi entregue ao presidente do TJCE, desembargador Gladysson Pontes, no dia 20 de novembro, em Brasília. Ao todo 89 tribunais receberam o prêmio, que também tem as categorias Diamante, Ouro e Bronze. A entrega é feita pelo Conselho Nacional de Justiça desde 2013.



Juízes leigos são empossados para os Juizados

Os Juizados Especiais do Estado contam com a atuação de juízes leigos (não togados que auxiliam o magistrado), empossados no dia 6 de novembro. Os 50 titulares e 33 suplentes foram designados pela Presidência do Tribunal de Justiça (Portaria nº 1.778, publicada em 1º/11). Eles participaram do segundo processo seletivo, que teve análise curricular, entrevista e capacitação. O juiz leigo exerce trabalho voluntário e temporário, por dois anos, podendo haver recondução por 24 meses. Pode, por exemplo, presidir audiências (conciliação, instrução e julgamento), colher provas e elaborar minuta de sentença.



Judiciário intensifica ações de combate à violência contra a mulher

Em novembro, o esforço para acelerar processos da Lei Maria da Penha aliou-se à campanha contra abuso sexual e ao lançamento de aplicativo para combate à violência doméstica



Iniciativa foi desenvolvida com base em ação do TJ de São Paulo

“Vergonha tem que ter o abusador”, “Abuso sexual não tem desculpa, tem lei” e “O Espaço é público, meu corpo não” são algumas frases da campanha contra o abuso sexual lançada pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), em 29 de novembro. A iniciativa, cujo objetivo é conscientizar sobre o crime e encorajar denúncias, tem adesão da Câmara Municipal, Prefeitura de Fortaleza, Governo do Estado, Sistema de Justiça, Sindicato das Empresas de Ônibus do Estado (Sindiônibus), Bandeirantes Mídia Exterior, universidades e outras instituições públicas e privadas.

Além de cartazes afixados nos Terminais e dentro dos coletivos, inclui vinhetas em monitores internos, spots de rádio, outdoors espalhados pela cidade e mobilização nas redes sociais. Equipe do Juizado da Mulher da Capital esteve nos terminais da Parangaba e do Papicu, distribuindo panfletos e prestando esclarecimentos. Com adesivo da campanha no uniforme, motoristas e outros profissionais do transporte público receberam capacitação para lidar com situações de assédio sexual.

A população apoia a iniciativa. “Acho que vai inibir, [os asse-

diadores] vão ficar com medo. A gente tem filha, tem neta andando nos coletivos. É uma campanha muito boa”, disse a dona de casa Maria Noélia Oliveira.

Segundo o presidente do TJCE, desembargador Gladysson Pontes, a união de instituições em prol da temática foi importante “na busca por uma solução para esse grave problema social, levando conscientização a todos os ambientes em que a mulher pode ser molestada”.

A mobilização faz parte dos “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher” e foi inspirada em ação do Tribunal de Justiça de São Paulo. O transporte público foi escolhido como foco inicial por ser ambiente onde o assédio ao sexo feminino ocorre com mais frequência, de acordo com pesquisas.



Campanha de combate ao abuso sexual conta com a participação de 19 parceiros

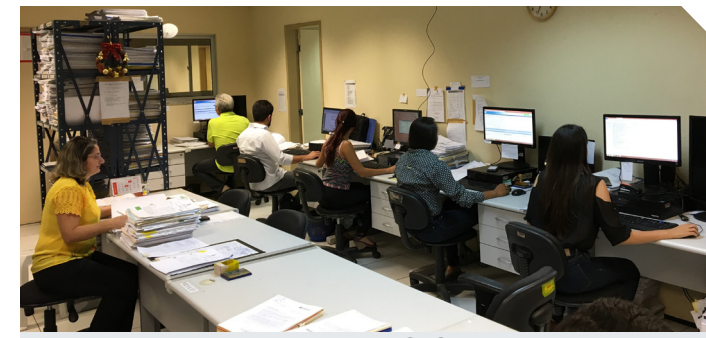
Outros esforços

No dia 7 de novembro, o Tribunal de Justiça sediou o lançamento do Aplicativo de Monitoramento Intensivo, Guarnição e Acompanhamento a Vítimas de Violência (Amigavv), que possibilita às mulheres pedir ajuda em casos de agressão. Desenvolvida pelo Governo do Estado em parceria com o Judiciário, a ferramenta agiliza a comunicação com a Polícia. Em situação de perigo, é possível pressionar o “botão do pânico” e solicitar viatura. O dispositivo é direcionado a vítimas que tenham medida protetiva aplicada pelo Juizado da Mulher de Fortaleza.

Além disso, o Judiciário promoveu a 9ª Semana pela Paz em Casa para acelerar processos envolvendo Lei Maria da Penha. A força-tarefa ocorreu de 20 a 24 de novembro, com 212 audiências, duas sessões do Júri e 159 julgamentos no Estado, além da concessão de 236 medidas protetivas. Ao todo, 27 unidades judiciais participaram, movimentando 1.976 processos. A Semana é iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

Sobral julga mais de 800 ações em cinco dias

No mesmo período, ocorreram mais de duas mil baixas processuais



A taxa de congestionamento reduziu em 6,12%

Em cinco dias (20 a 24 de novembro), a Comarca de Sobral, distante 250 km de Fortaleza, julgou 856 ações e efetuou 2.182 baixas processuais (retira do sistema em razão de arquivamento, conclusão ou envio de recurso ao Tribunal). Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), a taxa de congestionamento reduziu de 80,57% para 74,45%.

A mobilização, denominada Semana Estadual de Sentenças e Baixas Processuais, é uma determinação por meio de portaria da Presidência do TJCE, em conjunto com a Corregedoria-Geral. O objetivo é promover maior celeridade nos julgamentos e tornar mais fidedigna as estatísticas.

De acordo com o juiz Maurício Fernandes, titular da 1ª Vara Cível e respondendo pela Diretoria do Fórum de Sobral, houve a dedicação dos magistrados e servidores. “Todos se empenharam para obter os melhores resultados. Os números obtidos confirmam que o objetivo foi alcançado. Ficamos satisfeitos com a iniciativa do TJCE em criar a Semana, porque permitiu a atuação concentrada e quase exclusiva, aumentando a produtividade. Na rotina normal, é preciso também atender às partes e atuar em outros expedientes.”

As atividades têm sequência nos dias 18 e 19 de dezembro. As unidades de Sobral atuaram de forma antecipada em razão da instalação do processo eletrônico. As demais comarcas do Ceará, Turmas Recursais e Gabinetes de Desembargador fazem o esforço concentrado de 11 a 19 de dezembro. Somente nos dois primeiros dias, houve 7.443 julgamentos e 15.165 baixas.

Durante o período, os magistrados deverão atuar em regime de mutirão. Haverá prioridade para casos envolvidos em metas do Conselho Nacional de Justiça. A Corregedoria acompanhará, diariamente, as informações sobre as atividades, como ocorreu com os dados de Sobral. As unidades com melhor desempenho serão certificadas pelo TJCE.

notas

Novos servidores aprovados em concurso tomam posse

O Tribunal de Justiça e comarcas do Interior receberam novos servidores aprovados no concurso de 2014. São 31 profissionais, sendo 16 técnicos e 12 analistas da Área Judiciária, além de três técnicos da Área Administrativa. Todos passaram por treinamento da Secretaria de Gestão de Pessoas para assumir as funções. As vagas surgiram por conta da desistência de outros servidores, em razão de aprovação em outras seleções públicas.



Cidadania nas escolas de Ensino Médio da rede pública

Profissionais de 500 escolas públicas de Ensino Médio de Fortaleza e Região Metropolitana serão contemplados com o projeto “Justiça na Sala de Aula”, iniciativa do Judiciário cearense com a parceria da Fundação Demócrito Rocha. Professores, pedagogos e gestores receberão capacitação pedagógica para disseminar o papel da Justiça no ambiente escolar. A ação ocorrerá em 2018, com duração de 11 meses. O curso, na modalidade a distância, terá 12 videoaulas e fascículos encartados em jornal. O material servirá para a elaboração de kits de DVDs e de material impresso. O projeto é uma forma de se aproximar da sociedade, objetivo do Plano Estratégico do Judiciário estadual. O convênio foi assinado em 24 de novembro, pelos presidentes do Tribunal, desembargador Gladysson Pontes, e da Fundação, João Dummar Neto, respectivamente.



Judiciário garante atendimento no recesso

Durante o recesso forense (20/12 a 06/01), a Justiça do Ceará funciona em regime de plantão. Em Fortaleza, o atendimento é das 12h às 18h, no Tribunal e no Fórum Clóvis Beviláqua. No Interior, o serviço fica disponível das 8h às 14h, nas unidades (sistema de rodízio) dos 20 Núcleos Regionais, que abrangem todas as Comarcas do Estado.

TJCE promove campanha de fim de ano



Magistrados e servidores participaram das gravações para vídeo institucional de fim de ano, com a participação do Coral do Judiciário. A exibição ocorrerá no dia 23 de dezembro no programa de TV “Judiciário em Evidência” e ficará disponível no site www.tjce.jus.br e nas redes sociais. O tema musical será “A Paz”, do grupo Roupas Nova.

Empresas utilizam sistema eletrônico de intimações

A Comarca de Fortaleza disponibiliza sistema eletrônico de intimações e citações judiciais. O termo de adesão, de responsabilidade da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, já foi assinado por cinco empresas públicas e privadas, como bancos, seguradora, plano de saúde e distribuidora de energia. A medida traz como vantagens maior segurança, otimização no envio e recebimento dos documentos, além de economia com impressão e transporte.

Tribunal apresenta boas práticas de precatórios

Uma prática que permite a conciliação sem a necessidade de audiência e outra relativa à cobrança dos entes sujeitos ao regime especial, ambas do Tribunal de Justiça do Ceará, foram apresentadas no Encontro da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, realizado de 22 a 24 de novembro, em Aracaju. Os objetivos das medidas são, respectivamente, facilitar a solução dos processos por meio do acordo e facilitar o procedimento de cobrança, evitando que os devedores fiquem inadimplentes, o que gera uma série de sanções legais.

Inclusão profissional no Judiciário estadual ocorre há 20 anos

Atualmente, 48 surdos atuam no Tribunal e no Fórum da Capital



Comunicação é feita por meio de intérpretes de Libras

Rogéria Maria Pinheiro, graduada em Gestão de Tecnologia da Informação, trabalha no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) há mais de 18 anos. Foi por meio da parceria entre Judiciário cearense e Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo (Apada) que ela começou a primeira atividade profissional.

Em conversa interpretada (Língua Brasileira de Sinais – Libras) por Nara Gonçalves, a funcionária destacou as mudanças proporcionadas pelo emprego. “Foi muito importante essa iniciativa do Tribunal em contratar pessoas surdas, principalmente naquela época em que tudo era mais difícil. As poucas instituições que ofereciam vagas não contratavam intérpretes e isso dificultava muito a comunicação, mas aqui foi diferente. Com o meu trabalho, passei a ajudar meus pais com as despesas de casa, além de me organizar financeiramente.”

Hoje, com 46 anos de idade, Rogéria concluiu cursos e continua em busca de aperfeiçoamento intelectual e profissional. “Gosto de estudar. Conhecimento nunca é demais. Sempre podemos nos superar em tudo que fazemos. É dessa forma que consigo vencer os obstáculos.”

A iniciativa começou em 1997, quando a juíza Maria Cleire Bomfim Almeida, hoje aposentada, percebeu que a Biblioteca Pública do Estado contava com a atuação de deficientes. Dali surgiu a ideia de apresentar proposta à Presidência do TJCE. “Tenho um sobrinho surdo. Quem não convive, não sabe a dimensão e as dificuldades que eles enfrentam. O convênio do Tribunal foi um passo muito importante, porque a instituição disponibilizou 15 vagas de uma só vez para esse público.”

Atualmente, 48 surdos prestam serviços ao Judiciário. Desse número, 27 estão lotados no Fórum Clóvis Beviláqua e 21 no TJCE, nos setores de Digitalização e Serviço de Arquivo. Além disso, o contrato também contempla sete intérpretes, o que totaliza 55 pessoas da Apada.

A secretária de Gestão de Pessoas, Ângela Araújo, ressalta que, “com o convênio, a Justiça estadual reconhece a importância e prioriza a política de inclusão social. É uma via de mão dupla. Garantimos o direito deles e, em troca, recebemos a prestação de serviços que, por sinal, é excelente”.

Plano de Acessibilidade

Outro avanço é a aprovação, no dia 17 de novembro, do plano da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJCE. O documento contempla medidas que ampliam o acesso de pessoas com limitação locomotora, visual e auditiva aos serviços do Judiciário. Entre elas estão capacitação de servidores para atendimento e ampliação do número de prédios com a devida acessibilidade, além de softwares que possibilitem o acesso a informações no site do Tribunal.

Também em novembro, o Fórum Clóvis Beviláqua passou a disponibilizar três novas cadeiras de rodas para pessoas com problemas de locomoção. No total, são quatro equipamentos, sendo dois em cada entrada do prédio.

Ceará promove 336 julgamentos no Mês do Júri

Os números de 2017 na Capital são 25% maiores do que os dados do ano passado, quando ocorreu a primeira edição

Na segunda edição, o Mês Nacional do Júri concluiu o julgamento de 336 ações no Ceará. Durante o mês de novembro de 2017, foram realizados júris em todo o Estado, envolvendo o trabalho de 105 varas, que se mobilizaram para julgar acusados de crimes dolosos contra a vida, como homicídios e tentativas de assassinatos.

As cinco Varas do Júri de Fortaleza promoveram 69 sessões do júri popular, que resultou em 84 réus julgados. Isso representa acréscimo de 25% em relação a 2016, que contabilizou 56 julgamentos, com 67 réus. No Interior, foram 267 julgamentos realizados. A Comarca de Maracanaú foi a que mais julgou, com 14 casos. Em seguida, Caucaia e Quixadá, com 13.

Segundo a desembargadora Adelineide Viana, supervisora das metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), foram priorizados processos de réus presos e aqueles que tiveram denúncia recebida até dezembro de 2012, que é uma das metas da Enasp.

“É positivo porque o número é maior do que o obtido na edição anterior. Além das sessões, tivemos a realização de audiências, o que acelera o andamento desses processos para que cheguem ao julgamento o mais rápido possível.”

Casos de repercussão

Um dos objetivos da mobilização nacional é dar resposta mais efetiva às ações de violência, principalmente dos crimes dolosos contra a vida. Um desses casos foi o da menina Rakelly Matias Alves (oito anos), morta pelo caseiro José Leonardo de Vasconcelos Graciano, no ano passado, em Itaitinga, Região Metropolitana da Capital. No dia 23 de novembro, ele foi condenado a 31 anos e oito meses de prisão por homicídio qualificado, estupro de vulnerável, vilipêndio e ocultação de cadáver.

Em Fortaleza, Cristiane Renata Coelho Severino foi sentenciada a 32 anos de prisão por ter matado, envenenado, o próprio filho, Lewdo Ricardo Coelho Severino, então com nove anos, além de tentativa de homicídio contra o subtenente do Exército Francieleudo Bezerra Severino, com quem era casada. O caso aconteceu em novembro de 2014, e a ré foi julgada em 28 de novembro.

A desembargadora Adelineide Viana ressalta que a média do tempo dos julgamentos de responsabilidade do júri no Estado é menor que no país. “No Brasil é de sete anos, e no Ceará já estamos conseguindo em prazo máximo de quatro anos. Com o projeto ‘Tempo de Justiça’, a tendência é diminuir ainda mais esse período.”

O Mês Nacional do Júri é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito da Enasp, em parceria com o Ministério da Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.

Projeto do TJCE recebe Menção Honrosa no Innovare

Iniciativa voltada à ressocialização de apenados tem a parceria do Governo do Ceará



Presidente do TJCE esteve presente à solenidade de entrega

O projeto “Aprendizes da Liberdade” recebeu Menção Honrosa na categoria Juiz da 14ª edição do Prêmio Innovare, que desde 2004 valoriza medidas que

buscam solucionar os desafios do sistema de Justiça. A entrega ocorreu no dia 5 de dezembro de 2017, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

Receberam a Menção Honrosa os juízes César Belmino e Luciana Teixeira, idealizadores do projeto que oferece educação formal para apenados acompanhados pelas Varas de Execução Penal de Fortaleza. Também participou da cerimônia o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Gladysson Pontes.

O “Aprendizes da Liberdade”, criado em 2013, tem a parceria das secretarias da Educação e da Justiça e Cidadania do Ceará. O primeiro lugar, na categoria Juiz, ficou com uma prática do Piauí. Ao todo, 710 projetos foram inscritos, sendo 12 finalistas.

Semana da Conciliação alcança 4.671 acordos no Ceará

O índice significa 33,28% de sucesso em relação às 14.033 sessões realizadas

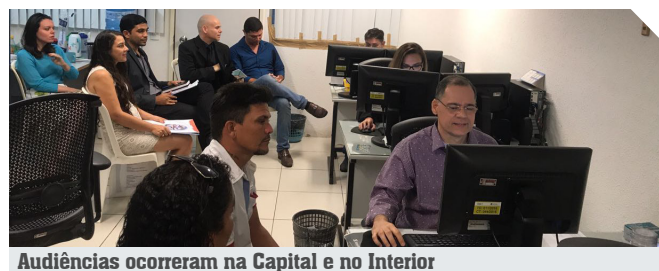
Em 2017, as unidades da Justiça do Ceará solucionaram 4.671 processos durante a Semana Nacional da Conciliação. Os dados representam 33,28% de acordos do total de 14.033 audiências realizadas de 27 de novembro a 1º de dezembro.

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Gladysson Pontes, destacou o engajamento de magistrados e servidores. “Essa concentração de esforços feita há alguns anos nos tem permitido a posição de melhor Tribunal no ranking nacional da conciliação.”

As atividades foram coordenadas pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJCE, supervisionado pela desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves. “O esforço continuará através do Núcleo e dos Cejuscs [Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania]. Realço a disponibilização da ferramenta ‘Quero Conciliar’, no site do Tribunal,

que poderá ser acionada pelo cidadão.”

Um dos casos resolvidos no Nupemec foi o de uma estudante que teve a perna imprensada em ônibus após o motorista fechar bruscamente a porta. O acidente causou trauma no pé esquerdo e estiramento da musculatura na região. Ela teve de ser submetida a tratamento, mas a empresa não aceitou custear, motivo pelo qual entrou na Justiça. Na audiência, houve acordo pelo pagamento de R\$ 4.200,00.



Sugestão Cultural

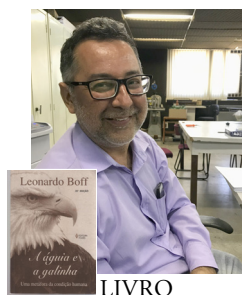
Robson Pedroza
Técnico Judiciário – TJCE



A Vila
(The Village)

Mostra a história de uma comunidade com costumes tradicionais. O povoado é isolado por decisão dos anciãos e as pessoas têm medo exagerado de tudo. O ponto central ocorre quando dois jovens se apaixonam, um deles adoece e precisa de medicamentos. Para obtê-los, é preciso atravessar a floresta que separa “os dois mundos”. Para Robson, “a história demonstra que a nossa percepção sobre as coisas pode ser falsa. Às vezes, a gente concebe o mundo de uma maneira que não corresponde à realidade”.

Harimilton Gonçalves
Supervisor Operacional – TJCE



A águia e a galinha

Leonardo Boff, autor do livro, faz reflexão sobre o comportamento humano e, para isso, utiliza metáfora. No início, um naturalista captura uma pequena águia e a leva para o galinheiro. O animal é criado como galinha e acaba assumindo tal comportamento. Uma pessoa questiona e tenta provar para o dono que o animal é uma águia. Segundo Harimilton, “muitas vezes a gente se acomoda em nossas ações, porque nos falta a percepção de que temos uma verdadeira essência, basta acreditar nisso e buscá-la”.

Lorena Rayane
Estagiária da Sec. de Gestão de Pessoas – TJCE



Grey's Anatomy

A série mostra a realidade do cotidiano em ambiente hospitalar e revela dramas comoventes de quem passa por aquele local todos os dias. Cada paciente representa, para os profissionais da saúde, desafio e responsabilidade. Evidencia a vida pessoal de cada um, alegrias e angústias. Lorena acredita que as pessoas se envolvem com a vida das personagens. “É uma série em que se ri, chora. E é interessante porque mostra um lado que não conhecemos dos profissionais que trabalham na área. É comovente.”

Silvana Moreira
Servidora da Coordenadoria de Apelação – TJCE



O Presente
(The Ultimate Gift)

Um jovem rapaz perdeu o avô bilionário e ficou surpreso ao descobrir que foi escolhido para receber a herança. Ao buscar a fortuna, soube que seria necessário cumprir sacrifícios explicitados no testamento. O jovem não sabe que cada desafio tem o objetivo de torná-lo uma pessoa melhor. Conforme Silvana, “é um filme interessante para que os jovens vejam que a vida não é fácil e temos que lutar muito pelos nossos objetivos”.